



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 859/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1576/2014 (06 Volumes).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Maternidade Balbina Mestrinho.
- 4- Exercício:** 2013.
- 5- Responsável:** Sr. Marco Lourenço da Silva, Diretor Geral e Ordenador de Despesas.
- 6- Unidade Técnica:** DICAD/AM – Informação Conclusiva nº. 19/2015 (fls. 1152/1157).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 785/2015-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fl. 1158).
- 8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Maternidade Balbina Mestrinho. Exercício 2013.

Contas regulares com ressalvas. Determinação à Maternidade Balbina Mestrinho. Quitação ao responsável.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Maternidade Balbina Mestrinho, exercício financeiro 2013, de responsabilidade do Sr. Marco Lourenço da Silva, Diretor Geral e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 188, §1º, inciso II da Resolução nº. 04/2002 c/c arts. 22, II e 24 da Lei nº. 2.423/96;

9.2- Determinar à Maternidade Balbina Mestrinho, sob pena de multa, caso não seja atendida em suas próximas prestações de contas:

9.2.1- Melhor planejamento em suas despesas realizadas com prestações de serviços e aquisições de materiais da mesma natureza para que não dê indícios de fragmentação de despesas, contrariando a Lei nº 8.666/93.

9.3- Dar quitação ao Responsável, Sr. Marco Lourenço da Silva, Diretor Geral e Ordenador de Despesas, conforme preceitua o art. 24, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de outubro de 2015.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 859/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Julio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Auditor Presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição